

INSURGÊNCIA QUEER-FEMINISTA NA GEOGRAFIA: CONCEPÇÕES DE GÊNERO POR ESTUDANTES DA UEMS/CG

INSURGENCIA QUEER-FEMINISTA EN LA GEOGRAFÍA: CONCEPCIONES DE GÉNERO DE ESTUDIANTES DE LA UEMS/CG

QUEER-FEMINIST INSURGENCY IN GEOGRAPHY: GENDER CONCEPTIONS BY UNDERGRADUATES FROM UEMS/CG



Victor Dantas Siqueira PEQUENO¹
e-mail: victorpequenogeo@gmail.com

Como referenciar este artigo:

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. Insurgência Queer - Feminista na Geografia: Concepções de gênero por estudantes da UEMS/CG. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, e023009. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2023.9553>



| Submetido em: 14/09/2022
| Revisões requeridas em: 23/05/2023
| Aprovado em: 30/06/2023
| Publicado em: 14/08/2023

Editoras: Eda Maria Góes
Karina Malachias Domingos dos Santos
Roberta Oliveira da Fonseca

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Mestrando em Geografia (PPGGEO). Membro do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Território e Redes (GTTER – UEMS/CNPq) e do Laboratório sobre Espacialidades Urbanas (LabEU-UFSM/CNPq).

RESUMO: Um dos temas mais discutidos nas Ciências Sociais e Educação, nas últimas décadas, têm sido a questão de gênero. Diante disso, o presente texto apresenta uma reflexão sobre gênero no âmbito da Geografia. O objetivo consiste na problematização das concepções de gênero encaminhadas pelos discentes da UEMS/CG. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, para tanto nos apoiamos nas teorias queer e epistemologias feministas. Para compor os resultados foram aplicados questionários junto às turmas do 3º e 4º ano de Geografia da UEMS/CG. Por fim, enfatizamos a demanda de uma geografia queer em qual as expressões dissidentes de gênero mobilizem fazeres e saberes geográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Geografias feministas. Geografia Queer. Formação acadêmica.

***RESUMEN:** Uno de los temas más discutidos en las ciencias sociales y la educación en las últimas décadas ha sido el tema del género. Por ello, este texto presenta una reflexión sobre género en el contexto de la Geografía. El objetivo es problematizar las concepciones de género planteadas por estudiantes de la UEMS/CG. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica, para ello nos apoyamos en teorías queer y epistemologías feministas. Para componer los resultados, se aplicaron cuestionarios al 3º y 4º año de las clases de Geografía de la UEMS/CG. Finalmente, enfatizamos la reivindicación de una geografía queer en la que expresiones disidentes de género movilicen prácticas y saberes geográficos.*

***PALABRAS CLAVE:** Género. Geografías feministas. Geografía Queer. Formación académica.*

***ABSTRACT:** One of the most discussed topics in the social sciences and education in recent decades has been the issue of gender. Regarding this matter, this text presents a reflection on gender within Geography. The objective is to problematize the concepts of gender forwarded by the undergraduates from UEMS/CG. The methodology of bibliographic research was used, for that, we rely on queer theories and feminist epistemologies. To achieve the goals, questionnaires were applied to 3rd and 4th year undergraduates in Geography at UEMS/CG. Finally, we emphasize the demand for a queer geography in which dissident expressions of gender mobilize geographical practices and knowledge.*

***KEYWORDS:** Gender. Feminists geographies. Queer Geography. Academic formation.*

Introdução

Em uma tarde calorosa de domingo (20 de fevereiro de 2022), bastante comum durante o verão em Campo Grande/MS, decidi ir ao Parque das Nações Indígenas. Estava sentado num banco lendo o livro *Cartas a um jovem Poeta* de Rainer Maria Rilke (2021), quando avistei um grupo de pré-adolescentes, todos meninos, se aproximando. Provavelmente, estavam retornando de uma partida de futebol, uma vez que o grupo estava uniformizado como tal. Ao passarem em frente a mim, um dos meninos do grupo, disse para outro que estava ao seu lado: “Olha a cara de traveco dele! Olhem só!”. Ao dizer isso, o restante do grupo começou a gargalhar.

Ao ouvir tal enunciado, minha reação imediata foi revirar os olhos. Horas depois, quando estava saindo do parque, aquela situação voltou à minha mente, mas, de uma forma diferente. Me vi questionando: o que aquele enunciado pejorativo diz a respeito da nossa sociedade? das nossas crianças? Tal enunciado é efeito de qual processo social e/ou cultural? Da mídia? da educação familiar? Da educação escolar? Quem sofre as consequências desse enunciado?

Para tentar responder a tais questionamentos, me ateno aos estudos e pedagogias *queer*, que dentre as suas potencialidades, encontra-se a reflexão e/ou análise dos discursos que atuam na produção de verdades e no exercício de poderes (FOUCAULT, 2015) para com as sexualidades. Outrossim, proponho também uma discussão no interior da Geografia *Queer*, na medida em que utilizo de alguns dados empíricos para encaminhar alternativas no que tange a abordagem das temáticas gênero e sexualidade nos cursos de formação de professoras/es.

A geografia *queer* emerge como um campo fértil de estudo, que contribui não só para reconhecimento e recusa das dicotomias e/ou binarismos que são inscritos e/ou orquestram as relações socioespaciais de poder, que materializam-se no espaço geográfico, bem como, possibilitam uma crítica para a própria epistemologia geográfica, ao questionar o modo hegemônico de fazer pesquisa geográfica e/ou produzir saber geográfico (BORGHI, 2015).

Dessa forma, somadas às indagações destacadas anteriormente, as questões centrais que orientam as discussões a seguir, são: o que os graduandos/as de Geografia da UEMS/CG compreendem por gênero? Por que é importante a discussão de gênero na ciência geográfica?

Isso posto, o presente texto é fundamentado numa perspectiva metodológica qualitativa-exploratória (GIL, 2002). Das etapas que compuseram tal reflexão, foram: a) levantamento bibliográfico sobre a discussão de gênero na educação; b) levantamento bibliográfico sobre estudos *queer*; c) levantamento bibliográfico sobre estudos *queer* no âmbito da Geografia.

Em prosseguimento ao exercício teórico, foram aplicados questionários com o corpo discente do curso de bacharelado e licenciatura em Geografia da UEMS/CG, com vistas a coletar as concepções daqueles/as acerca da categoria gênero. A partir dos dados coletados, problematizo as concepções de gênero verificadas nos relatos deles/as, e encaminho algumas proposições e/ou sugestões para o uso dessa categoria na pesquisa geográfica, em especial, o ensino de geografia.

Azul e rosa são apenas cores

Vivemos em uma sociedade binária e heterossexualizada ou nós que binarizamos e heterossexualizamos a sociedade? Boneco para menino, e boneca para menina. Não seriam apenas brinquedos? Banheiro masculino e banheiro feminino. Não seria apenas banheiro? Roupas masculina e roupas feminina. Não seria apenas roupas? Meninos brincam de lutar, meninas brincam de cozinhar. Não seriam apenas brincadeiras? Azul para meninos e rosa para meninas. Não seriam apenas cores?

Frente a tais questionamentos, reitero: em qual dessas práticas a subjetividade *queer*, transsexual e/ou travesti é acolhida? Em qual dessas práticas encontra-se a escola como propagadora? A resposta para primeira, provavelmente é: em nenhuma. Já para segunda: em todas. O questionamento que inicia essa seção, torna-se então, uma constatação. Binarizamos e heterossexualizamos a sociedade.

A categorização binária, macho-fêmea, homem-mulher, faz com que os corpos se tornem produzidos de acordo com princípios de coerência e integridade, promovendo uma pretensa exigência de continuidade a elementos que seriam, de outro modo, descontínuos (LIMA; BELO, 2019, p. 4).

Desse modo, quando afirmo que a escola é difusora, ou melhor, que a escola é uma das instituições que atua na produção de subjetividades e culturas generificadas e/ou heterossexualizadas, não estou me precipitando, o contrário, estou observando o que se encontra como fato e/ou condição sociocultural. Nesse sentido, Louro (2008, p. 18) elucida:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo.

Das sutilezas e minuciosidades, muita das vezes, vivenciamos situações em que se manifestam discursos e/ou práticas revestidas por uma suposta aura de “ingenuidade”, “normalidade”, mas que na verdade, está apontando para algo maior.

Por exemplo, a situação que eu vivenciei no parque descrita no início, poderia muito bem ser tratada como “eles estão apenas brincando!” ou “são só crianças!”, mas é por apenas estarem brincando e/ou por serem crianças que devemos olhar para isso com emergência, preocupados com os efeitos dessa prática em outros níveis de subjetividade, em outros espaços, e principalmente, em contatos com os sujeitos que podem vir a se sentir desrespeitadas/os, discriminadas/os e/ou descaracterizadas/os ao ouvirem tal enunciado que fere, no sentido mais íntimo, a sua própria existência.

Para além disso, quando Louro (2008) afirma que o processo de construção do gênero e da sexualidade é, por si, inacabado, podemos inferir, que nossas relações e/ou práticas cotidianas são efeitos da estrutura gênero-sexualidade. Sendo assim, estamos sempre expressando, construindo e/ou reconstruindo nossos modelos de ser, estar e agir fundamentados, explícita ou implicitamente, no sistema gênero-sexualidade.

A liberdade de ser/estar o que se pretende ser ou estar conjuga tanto atos de reconhecimento das subjetividades outras que não a hegemônica, como também a percepção de que a continuidade das resistências necessita de momentos de subjugação. Assim, há uma agência que está inserida em performances, efetuadas em relação às violências, podendo ser de conformação ou de transformação (FARIA, 2021, p. 190).

Tratam-se, portanto, de processos negociativos entre a margem e o centro. Ambos autores elaboram seus argumentos com base nas teorias *queer*, campo de saber e movimento sociopolítico que surgiu na década de 1990, em meio a conjuntura dos movimentos gays e lésbicos nos Estados Unidos e as repercussões da epidemia de AIDS.

No presente artigo, oriento-me pelo referido para propor articulações com a ciência geográfica, mais precisamente, os processos formativos da/o pesquisadora e/ou professora em Geografia. Tal escolha teórica leva em consideração que o saber/fazer *queer*, dispensa qualquer aspecto e/ou elemento normatizante e/ou fixador seja no nível subjetivo, político-social, analítico, etc., o que lhe confere originalidade. A pesquisa *queer* é, por si, plural, diversa, expansiva, ou qualquer outro adjetivo associado à noção de infinitude.

Infinitude *Queer*

O que conhecemos hoje como teorias *queer*, é resultado tanto de movimentos sociais quanto da intelectualidade acadêmica. Em relação aos primeiros, pode-se estabelecer um recorte temporal, a década de 1960, mais precisamente o ano de 1969, em que ocorreu a “Rebelião de Stonewall”, na cidade de Nova York:

Esta manifestação contribuiu para a organização política de homossexuais, e a rápida disseminação por outros países do mundo. Neste momento, o sujeito homossexual, além de patologizado, criminalizado e pecaminoso, se torna um sujeito político (BENETTI, 2013, p. 17).

Outro movimento social imprescindível para entendermos a genealogia dos estudos queer foi a epidemia da AIDS anunciada em meados da década de 1980. Um dos seus efeitos no âmbito político-social, foi a discriminação das sexualidades dissidentes, bem como a culpabilização admitida a tais corpos como os únicos responsáveis pela disseminação do vírus na sociedade. Surgiu daí estigmas como “doença gay”, “epidemia gay”, bem como a racialização da AIDS, quando autoridades médico-científicas dos Estados Unidos da América, difundiram na sociedade que o Haiti teria sido o local de origem da AIDS, com efeito, teriam sido os haitianos que “levaram” a AIDS para a sociedade estadunidense (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

Para muitos contemporâneos, a aids apresentava-se como uma espécie de Holocausto gay. Ao invés dos campos de concentração, a proposital falta de políticas públicas ou tratamento durante os primeiros anos da epidemia, sobretudo nos Estados Unidos. Ao invés da perseguição política e militar, a marcação da população por meio de políticas de saúde centradas nos testes, no controle e no “tratamento”. Ao invés do encarceramento em campos, a exposição a processos contínuos de estigmatização, solidão e individualização (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 136).

Diante de tal cenário, felizmente, na década de 1990 é verificado o resultado de todo movimento social e acadêmico empreendido nos anos anteriores com a formação de um campo epistêmico denominado de teorias *queer*. Este, recebeu influência do pós-estruturalismo francês, dos estudos culturais e das teorias elaboradas e difundidas pela terceira onda feminista² (WOLF; SALDANHA, 2015).

² O feminismo de terceira onda, como ficou conhecido, por um lado, reivindica a reconstrução da história universal em que a mulher finalmente fosse considerada um agente de transformação, por outro, questiona a categoria universal de mulher que ignorava as condições raciais (mulheres negras, mulheres asiáticas, mulheres indígenas), econômicas (mulheres periféricas) e sexuais (mulheres lésbicas). Esta empreitada se consolidou com o conceito de Interseccionalidade desenvolvido pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw.

O feminismo pós-estruturalista, alimentando-se especialmente de teorizações desenvolvidas por Michel Foucault e Jaques Derrida, assume que a linguagem (entendida, aqui, em sentido amplo) é o lócus central de produção dos nexos que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder. Os estudos que se ancoram nesse pressuposto, se afastam de perspectivas que tratam o corpo como uma entidade biológica universal (apresentada como origem das diferenças entre homens e mulheres, ou como superfície sobre a qual a cultura opera para inscrever diferenças traduzidas em desigualdades) para teorizá-lo como um construto sócio-cultural e lingüístico, produto e efeito de relações de poder (MEYER, 2004, p. 15).

Na instância etimológica, vale dizer que o termo *queer*, inicialmente, era utilizado como enunciado pejorativo para se referir a corpos e/ou sexualidades dissidentes. Ou seja, seria como proferir *bicha*, *traveco*, *sapatão* aos corpos e/ou subjetividades que se expressam como tal.

O termo ganhou outro significado quando a pesquisadora Teresa De Lauretis, em 1990, nos Estados Unidos, organizou uma conferência com o título *Queer Theory: lesbian and gays sexualities* na Universidade de Santa Cruz na Califórnia (COUTO JUNIOR; POCAHY, 2017).

A teoria e a reapropriação do termo queer enquanto identidade e fazer ciência, surge então como uma política contra hegemônica, que se apropria de um termo, antes depreciativo, para lembrar de todo o estigma e abjeção sofrida por questionar o caráter normativo da heterossexualidade (LIMA, 2018, p. 6).

A inserção do termo *queer* nas pesquisas e/ou estudos acadêmicos, bem como, sua utilização para compor um campo de saber específico, é entendida, portanto, como um processo de politização. Deslocamos o *queer* da condição de anormal, abjeto, inferior, para a condição epistêmica, analítica.

Noções de gênero: biologia, psicanalítica, construcionista e *queer*

Gênero constitui-se num conceito e/ou categoria polissêmica. Podemos falar de gênero musical, gênero cinematográfico, gênero literário, bem como, gênero identitário-sexual, este qual, constitui-se das expressões femininas e/ou masculinas. No presente trabalho, me disponho a refletir sobre este último.

Por conseguinte, destaco a seguir, quatro perspectivas analíticas acerca da categoria gênero, quais sejam a biologia, psicanálise, o construcionismo social e as teorias *queer*, na tentativa de aproximar a leitora e/ou leitor dos usos e sentidos que essa categoria ganha nas mais distintas disciplinas científicas.

a) Da noção biológica

Em termos de biologia, o gênero seria uma derivação intrínseca da anatomia humana, ou seja, a partir da genitália (de nascimento) masculina (pênis), temos o homem, e a partir da genitália (de nascimento) feminina (vagina), temos a mulher. Outrossim, a anatomia do corpo humano, este, já generificado, determinaria as: “[...] características psicológicas, sociais e comportamentais diferenciadas. A diferença biológica dos sexos definiria rígidos papéis de gênero e de vivência da sexualidade” (TILIO, 2014, p. 128).

No que tange os papéis de gênero, Tilio, baseando-se na leitura de Citelli (2000) e Parisotto (2001), teóricos que discutem o fenômeno do essencialismo biológico, argumenta que é por meio deste que ocorre a materialização dos papéis de gênero, na medida em que:

[...] os machos/homens, por possuírem biologicamente mais massa muscular que as mulheres, seriam os principais responsáveis pela caça e pelo sustento do lar; e das suas características físicas decorreriam características psicológicas, como maior capacidade de organização grupal (necessária para a caça, e depois para a ocupação do espaço público) e de dominação das fêmeas. Já as fêmeas/mulheres, possuidoras de características físicas específicas (menos fortes fisicamente do que os homens e responsáveis pela gestação biológica dos descendentes durante um extenso período de tempo), também teriam específicas características psicológicas, tais como a predisposição para o cuidado da prole e do parceiro que as sustenta (TILIO, 2014, p. 128).

Além de legitimar os papéis sociais generificados, um dos princípios básicos que sustentam a noção biológica de gênero é a reprodução da espécie humana:

Dos sexos biológicos (macho/fêmea) decorreriam os gêneros (masculino/feminino) e seus papéis, numa relação de complementaridade sustentada pela necessidade de perpetuação da espécie humana. O imperativo reprodutivo impõe um modelo de relação de e entre os indivíduos no qual coexistiriam harmoniosamente dois sexos e dois gêneros (TILIO, 2014, p. 129).

A vista disso, uma das instituições que mais difundiu a noção biológica de gênero foi a Igreja, não só para defender a reprodução da espécie, mas também para legitimar a família e o casamento enquanto valores e instituições universais (TILIO, 2014).

b) Da noção psicanalítica

No campo da psicanálise, entre os teóricos iniciantes a debruçar sobre a discussão de gênero e sexualidade destacamos Sigmund Freud e Jacques Lacan - ainda que estes não tenham eleito a categoria gênero como objeto principal de seus estudos, sendo reconhecida por alguns autores, os estudos de Robert Stoller (1998) conforme Sartori e Mantovani (2016).

Tanto nos estudos de Freud quanto em Lacan o sujeito-objeto de investigação é a criança, qual, constrói sua identidade de gênero e manifesta o desejo sexual a partir da interação

(disputa) com a mãe e/ou pai, sendo que para os autores, o pênis (falo) era o principal instrumento simbólico que orientava essas experiências (TILIO, 2014).

De maneira resumida, em determinada fase do desenvolvimento psicosssexual, os meninos (por possuírem pênis) se identificam amorosa e eroticamente com a figura materna (por naturalmente desejá-la por ser mulher) e rivalizam com a figura paterna (por disputar a mãe consigo e repudiar as inclinações homossexuais), o que os direciona para uma postura heterossexual masculina típica (amor e inclinação sexual pelas mulheres; rivalidade e rechaço sexual pelos homens); por sua vez, as meninas (não possuidoras do pênis) se identificam amorosamente com o pai (portador do pênis e, portanto, passível de ser desejado pelas mulheres, além de poder fornecer no futuro a complementaridade que as mulheres tanto desejam: um filho) e com a mãe (que captou o desejo do pai mesmo, sendo incompleta, pois também lhe falta o pênis/falo) ao mesmo tempo em que rivalizam com a mãe (que detém os interesses do pai), inclinando-se, portanto, ao amor pelos homens e desinteresse sexual pelas mulheres (TILIO, 2014, p. 130-131).

Segundo Tilio (2014), essa noção seria o fundamento do que se conhece como Complexo de Édipo e, portanto, qualquer alteração identificada, ou seja, o interesse sexual da menina por outra menina, ou do menino por outro menino, tal situação seria significada como desvio do normal, em outros termos, desequilíbrio no desenvolvimento pulsional e anímico.

Em suma, tanto Freud como Lacan partem do pressuposto de que o pênis/falo é a norma orientadora da vida psíquica e que os homens, por possuírem pênis, possuiriam certas vantagens sobre as mulheres (invejosas do pênis e necessitadas de se ligarem a alguém que o possua) e que as identificações, para serem normais e salutares, devem seguir um padrão complementar calcado na heterossexualidade (TILIO, 2014, p. 131).

Isso em vista, Tilio (2014), enfatiza que os primeiros estudos da psicanálise reforçaram a biologia humana em seu processo de diferenciação dos corpos colocava em movimento (disputa) a inteligibilidade e uma sociedade generificada. Nessa mesma direção, Sartori e Mantovani (2016, p. 168), argumentam:

Guardadas suas peculiaridades, os dois autores citados [Freud e Lacan], ao recorrerem à primazia do falo, apoiando-se na dimensão biológica como determinante da importância e da posição privilegiada do sexo masculino, naturalizam uma feminilidade desvalorizada, representada pela ausência do falo – como se consistisse em uma masculinidade frustrada.

c) Da perspectiva construcionista social

Joan Scott assume o protagonismo teórico no que tange às proposições feministas sobre o gênero orientadas pelo método construcionista. A autora fundamentou-se nas contribuições de Derrida e Foucault para encaminhar suas reflexões. É a partir de Scott, mais precisamente,

o seu texto seminal “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica” que o gênero emerge enquanto categoria analítica

Nele [artigo mencionado] Scott “sacudiu” os trabalhos feministas indicando a necessidade de se tomar efetivamente o gênero como uma categoria de análise, uma ferramenta potente no sentido de romper com os binarismos entre o masculino e o feminino. Nessa perspectiva, não bastava mais apenas uma abordagem histórica, descritiva, preocupada com mera inserção das mulheres nos fatos, mas tornava-se necessário reconhecer o caráter relacional do gênero [...] e as relações de poder que por ele são tecidas (FRANZI; ARAÚJO, 2016, p. 52).

Em primeira instância, Scott (1995), localizou gênero na dimensão gramatical, ao afirmar que sua utilidade se faz na medida em que se constitui de regras e/ou pré-requisitos formais para operar uma classificação de fenômenos e/ou objetos, este qual, é assentado consensualmente na sociedade como indicativo de distinções, particularismos, fundada na trama bipolar feminino x masculino.

Referente aos usos da categoria gênero, para Scott (1995), não somente gênero pode ser utilizado para requalificar o coletivo mulheres, como, sugere uma prática reflexiva sobre qualquer demanda que envolva mulheres e homens, afinal, a sociedade como tal é inerente à presença de ambos. Ademais: “Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo” (SCOTT, 1995, p. 75).

Outra potencialidade que a utilização da categoria gênero apresenta consiste na sua capacidade interpretativa e qualitativa das relações sociais entre mulheres e homens. Esse é o grande motim da argumentação teórica de Scott (1995). Refletir sobre gênero é refletir sobre relações de saber e poder (no sentido foucaultiano). Ou seja, questionar as estruturas que insistem disciplinar e/ou controlar corpos ao um sexo verdadeiro e uma única possibilidade de sexualidade (BENTO, 2008).

Por esse viés analítico, gênero, portanto, é tanto construído socialmente como possível de ser desconstruído, na medida em que aqueles corpos e aquelas sexualidades ensaiam resistências e transgressões, e assim, dissipam a fronteira entre a norma e a não-norma.

d) Gênero na ótica queer

No interior das análises *queer*, o gênero é entendido como uma construção cultural, e, sobretudo, discursiva. No âmbito dessa perspectiva, nos deparamos com o conceito de

performatividade da pesquisadora Judith Butler, que encaminha a noção de gênero enquanto uma operação performativa. Para tanto, articulado a um processo performativo, entende-se que:

O gênero é a estilização repetida do corpo, *um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida*, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero (BUTLER, 2003, p. 59, grifo meu).

Ao dizer sobre estilizações repetidas, Butler (2003), está se referindo às práticas, discursos, comportamentos e/ou estéticas fundamentadas no paradigma sexo-gênero-sexualidade (homem e mulher, cisgênero, heterossexual) e que nos são atribuídas discursivamente pelas instituições que exercem algum tipo de poder, em destaque, a escola e o currículo. Por exemplo, a execução de atividades pedagógicas de grupos formados só de meninas e/ou meninos, nesse caso, o paradigma sexo-gênero revela-se no imaginário coletivo de que meninos são ameaças para meninas, portanto, devem estar separados.

Butler (2003), acrescenta ainda que o modelo performativo hegemônico de gênero, impossibilita o reconhecimento de outras variações performativas que não são acolhidas na estrutura dominante, qual seja, a cisgeneridade, bem como, camufla a própria qualidade performativa do gênero.

A insistência sobre um modelo normal de homem, branco, heterossexual, em sua potência máxima, faz com que todxs as outrxs possibilidades de expressão sexual sejam tidas como não naturais e erradas. É uma lógica de construção da verdade pela insistência de um modelo economicamente mais rentável (pois propicia a reprodução), e socialmente estável (pois homogeneiza as práticas sociais) (BENETTI, 2013, p. 14).

Essa obsessão discursiva sobre a heterossexualidade resultaria, no que Michael Warner, em 1991, denominou de heteronormatividade. Assim, sendo, a naturalização da heterossexualidade, efeito da hegemonia discursiva, tornaria a heteronorma compulsória (BENETTI, 2013).

Isso revela que a produção (performativa) do gênero e da sexualidade é, antes de tudo, um produto e/ou invenção histórico-social: “Compreende-se que tudo o que o ser humano produz, reproduz ou dá significado, são construções próprias que emergem a partir de um jogo de forças, para dar sentido à determinada situação ou nomear um complexo” (BENETTI, 2013, p. 10).

Considerações feitas, cabe ressaltar que a recepção dos estudos *queer* nas demais ciências e/ou áreas de conhecimento ocorreu gradativamente, uma vez que seu aparecimento na academia foi tratado com olhares de recusa, desprestígio, por serem consideradas temáticas periféricas e/ou de pouco rigor científico, outrossim, conforme apontado anteriormente, os estudos *queer* questionaram as bases que legitimam o modo hegemônico (colonizador) de fazer ciência, com efeito, tal movimento foi interpretado como uma ameaça ao cânone das demais ciências, entre quais, encontrava-se a Geografia (JESUS, 2020).

Insurgência *queer*-feminista na Geografia

Os primeiros estudos geográficos *queer*-feministas apareceram na academia entre os anos finais da década de 1990 e o início dos anos 2000, tendo recebido contribuições das ciências sociais, linguística, dos estudos sobre sexualidade e das geografias feministas. Uma obra que representa um dos marcos desse movimento epistêmico é a “*Geography and Gender: An Introduction to feminist Geography*”, organizada pelo ‘*Women and Geography Group*’ do *Institute of British Geographers* (BORGHI, 2015).

Diante desse cenário, a Geografia de Gênero ascende como um subcampo da ciência geográfica, com discussões que irão se voltar para as próprias epistemologias da ciência geográfica. Assim, geógrafas e geógrafos irão questionar os pressupostos teórico-metodológicos, o modo politicamente correto e aceito cientificamente de fazer geografia, e os paradigmas hegemônicos, sexistas e/ou machistas decorridos destes.

Além disso, ela [Geografia do Gênero] voltou sua atenção para um outro limite da geografia tradicional: crer que é possível observar o mundo ‘do exterior’, de forma ‘objetiva’. Nesse contexto, o pesquisador (homem, branco, ocidental) é supostamente exterior à realidade observada, excluindo assim toda a subjetividade (BORGHI, 2015, p. 135).

A Geografia do gênero colocou em evidência a categoria corpo (corporeidade) bem como a noção de performatividade do gênero (BUTLER, 2003), mobilizando estudos que passaram a investigar as práticas (espaciais, territoriais, culturais etc) a partir do tripé analítico espaço-gênero-poder.

A geografia incorpora a noção de construção social do sexo, gênero e desejo e as relações de poder inerentes a ela, num processo de permanente tensão e movimento. Ao incorporar a performatividade como o exercício do gênero, entendido como representação social, a geografia evidencia a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência

cotidiana e concreta e as possibilidades de subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa (SILVA, 2010, p. 43).

Isso posto, a repercussão da vanguarda *queer*-geográfica anglo-saxônica na Geografia brasileira foi verificada no início dos anos 2000 quando artigos, dissertações e/ou teses geográficas passaram não só a pesquisar a categoria gênero e/ou sexualidade, como a articular as teorias feministas e/ou *queer* com a epistemologia geográfica. Estudos como o de Susana Silva (1998), Joseli Silva (2003; 2007; 2008; 2010), Marcio Ornat (2008; 2010; 2012), Benhur Costa (2010a; 2010b; 2016; 2017) entre outros foram fundamentais para pavimentar o caminho das Geografias de gênero e sexualidades, bem como, a consolidação de uma rede de pesquisadores no país a partir da criação do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) vinculado a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Laboratório de Espacialidades Urbanas (LabEU) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), etc.

Assim como Scott (1995), verifica em gênero uma categoria analítica histórica, é possível, na Geografia, interpretar gênero como um dos elementos que configuram o espaço geográfico, afinal, se a sociedade é binária, o espaço, também o será, já que a primeira depende deste para produzir suas culturas.

As relações sociais, ou relações de gênero, encontram no espaço, independentemente de suas escalas, os elementos para sua produção e reprodução, enfatizando, portanto, não só os sujeitos, como os espaços desses sujeitos. É nessa aproximação sujeito-espaço, que o Feminismo encontra nas/nos geógrafas/os um campo de análises, pois as mesmas, apoiam-se nas categorias geográficas para entender relações de poder, conflitos, mediações entre o cotidiano, sujeito e espaço (RAMOS, 2021, p. 331).

Nesses estudos, não somente a categoria gênero é eleita, como a categoria corpo assume protagonismo pela sua capacidade interpretativa simbólica e cultural do espaço, este último, requalificado como “espaço paradoxal”, conceito inaugurado pela geógrafa feminista britânica Gillian Rose (1993).

Determinados corpos são marcados identitariamente como sendo diferentes ou marginais, e estando associados a espaços particulares, enquanto outros são considerados normais e muitas vezes colocando-se como neutros no discurso dominante. Isto tem se mostrado a partir da justaposição entre sexualidade, gênero e espaço, na simultânea associação entre sexualidade/corpo e seu monitoramento. O corpo tem se colocado como um espaço social e político, indo além de um espaço biológico (ORNAT, 2008, p. 318-319).

Referente a proposta conceitual de Gillian Rose mencionada anteriormente, a autora sugeriu que o espaço deve ser considerado a partir da relação margem-centro e as disputas e /ou

negociações que são derivadas desta. Ademais, Rose (1993) situa-nos diante de dois níveis espaço de espaço, o espaço dos mesmos (hegemônico) e o espaço dos outros (anormal, abjetos, inferiores).

A qualidade paradoxal é verificada, quando tais corpos são articulados com outras categorias como classe, raça, sexualidade, religião etc. (SILVA, 2003). Por exemplo, um homem heterossexual pode ocupar o espaço dos mesmos (centro), diferentemente, um homem homossexual ocupará o espaço do outro (margem), nesse sentido, a sexualidade é o componente diferenciador. Observa-se que: “Essas explorações entre sexualidade, gênero e espaço, intermediadas pelas identidades, têm demonstrado uma multiplicidade de possíveis negociações entre identidades e espaços [...]” (ORNAT, 2008, p. 319).

Feita essa breve contextualização da repercussão dos estudos *queer* na Geografia, apresento-lhes a seguir as discussões sobre os dados empíricos coletados junto ao corpo discente das turmas do 3º e 4º do curso de Geografia UEMS/CG.

Resultados e discussões

Os dados a seguir apresentam as concepções dos estudantes das turmas do 3º e 4º ano do curso de Geografia da UEMS/CG sobre gênero. A coleta de tais dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário, realizado em setembro de 2021, contendo questões dissertativas, entre as quais, destaco para a presente discussão: O que você entende por gênero? Participaram dos questionários 11 estudantes³. A partir das respostas obtidas, organizei uma tabela temática com as principais perspectivas de gênero evidenciada nos relatos dos discentes. A partir destes, teço as minhas problematizações.

Quadro 1 – Concepção de Gênero

Concepção	Bacharelado	Licenciatura
Biológica	3	4
Construcionista	3	3
Marxista	2	0
Psicanalítica	0	0
Queer	0	0

Fonte: Trabalho de campo do autor (2021)

³ Todos os participantes foram identificados com nomes de personalidades da indústria musical que fazem parte da comunidade LGBTQIA +.

Observa-se que a noção predominante acerca de gênero entre as/os respondentes de ambos os cursos (Bacharelado e Licenciatura) está relacionada com a noção biológica de gênero, seguida pela noção construcionista de gênero.

Em termos de biologia, o gênero seria uma derivação intrínseca da anatomia humana, ou seja, a partir da genitália (de nascimento) feminina (vagina), temos a mulher, e a partir da genitália (de nascimento) masculina (pênis), temos o homem. Outrossim, a anatomia do corpo humano, este, já generificado, determinaria: “as características psicológicas, sociais e comportamentais diferenciadas. A diferença biológica dos sexos definiria rígidos papéis de gênero e de vivência da sexualidade” (TILIO, 2014, p. 128).

Destacamos a seguir algumas declarações dadas pelas/os estudantes que ilustram essa perspectiva.

“Eu entendo que o estudo de gênero, diz respeito à “categoria” pertencente...” (Ana Carolina/Bacharelado, 3º ano).

*“Genero - Características naturais atribuída ao **sexo biológico** (masculino ou feminino)” (Ricky Martin/Bacharelado, 4º ano).*

*“Apesar de nunca me aprofundar sobre a discussão, meu viés todavia é bíblico, pois a Bíblia ensina que **Deus criou o homem e a mulher** (Gênesis 1:27). **Não existe nenhuma referência a outro tipo de gênero na Bíblia**” (Sam Smith/ Licenciatura, 3º ano).*

Nas respostas de Ana Carolina e de Ricky Martin, a perspectiva biológica está articulada ao essencialismo (“ser mulher”/“ser homem”), que se estabelece a partir da anatomia do corpo humano, ou seja, a genitália (vagina:mulher; pênis:homem). É o sexo que fixa define o gênero, este, restrito ao binarismo (macho/fêmea) (TILIO, 2014).

Já no posicionamento de Sam Smith, a perspectiva biológica está articulada aos preceitos religiosos da instituição judaico-cristã, sendo esta, uma das principais instituições que difundiram a noção biológica de gênero e/ou sexualidade na sociedade. No interior desta, o binarismo homem e mulher e a heterossexualidade garantem reprodução da espécie, bem como legitimam a família (heterossexual) e o matrimônio (heterossexual) como instituições divinas e universais (TILIO, 2014). Deriva daí a noção patriarcal de gênero, esta que na Geografia incitou as primeiras discussões sobre aquele. Em reflexões mais atuais, a geógrafa Ozileide Moreira (2022, p. 192) observa que:

[...] No modelo do patriarcado, a percepção de gênero está inserida em um padrão de submissão da mulher em relação ao homem, reflexo de um longo e permanente processo de condicionamentos sociais e de opressão, por isso a identidade de gênero dos sujeitos é incorporada por meio dos comportamentos

traçados e reproduzidos ao longo da história da humanidade, o que determina os papéis sociais que cada um dos sexos deve exercer, expressando nas interações sociais sua feminilidade ou masculinidade.

Em relação aos posicionamentos que dialogaram com a perspectiva identitária de gênero, esta, é entendida como uma teoria de gênero moderna, que surge na década de 1980, e que teve como principal precursora a historiadora e feminista norte-americana Joan Scott. Segundo a autora, a investigação de gênero deveria ter a história tanto como método de análise quanto objeto, tendo como prerrogativa as relações de poder estabelecidas socialmente fundadas na diferença sexual, outrossim, aspectos culturais e psicológicos são também constituintes do gênero no que tange a internalização e/ou identificação por parte do sujeito (TILIO, 2014). Para mais, esta teoria contribuiu significativamente para a noção construcionista do gênero no interior dos estudos *queer*. Posto isso, destacamos algumas respostas que ilustram tal teoria:

*“Entendo gênero como uma **construção social** definida ao longo do **tempo**” (St. Vincent/Bacharelado, 4º ano).*

*“Estudar nossos gêneros **não aqueles que somos identificados na maternidade e sim por nós mesmos**” (Lil Nas X/ Licenciatura, 3º ano).*

Os termos destacados constituem tanto a gramática da teoria identitária quanto da teoria construcionista de gênero.

Um posicionamento que me chamou atenção foi o de Daniela Mercury (Licenciatura/3ºano), em qual verifiquei um entrelaçamento das perspectivas biológica e identitária de gênero e sexualidade

*“Não tenho um bom entendimento a respeito do assunto, **acho meio complexo, sei que nascemos homem e mulher, posso ser mulher e não me identificar com o meu gênero, e vice versa, já ouvi “nasci no corpo errado”...**” (Daniela Mercury/Licenciatura, 3º ano).*

Num primeiro momento, o posicionamento da estudante articula-se com a perspectiva biológica (essencialismo) de gênero: *“sei que nascemos homem e mulher”*. Adiante, ela acrescenta que sabe da existência de outra manifestação de gênero (trans): *“posso ser mulher e não me identificar com o meu gênero, e vice versa, já ouvi “nasci no corpo errado”* (perspectiva identitária/construcionista).

Em Geografia, uma das discussões possíveis com perspectiva identitária/construcionista é aquela relacionada com a questão racial, portanto, uma abordagem interseccional. Por este viés, é reconhecido:

[...] que há uma subalternização da raça segundo o gênero, pois, historicamente, mulheres negras foram consideradas como um tipo masculinizado de mulher enquanto os homens negros não foram vistos como um ideal de homem dominador, detentor de poder, provedor ou chefe (SOUZA; RATTS, 2008, p. 151).

Os depoimentos coletados e destacados anteriormente, apontam para o paradigma que ainda persiste na nossa cultura contemporânea que é o binarismo de gênero. Os seus desdobramentos são inúmeros e merecem ser tratados minuciosamente.

Dessa forma, a discussão de gênero na Geografia representa não somente um subcampo teórico, como também possibilita a produção de práticas educacionais que garantam uma formação *queer*-geográfica ao contemplar as diversas expressões de ser e/ou estar, com efeito, a superação dos binarismos.

A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala (SILVA, 2003, p. 42).

Para tanto, é imperativo que tais temáticas sejam contempladas nos cursos de formação de professores de Geografia, por meio de debates nas disciplinas, seminários, práticas pedagógicas e/ou produção de materiais didáticos, projetos de pesquisa e/ou extensão. Trabalhos como o de Geani Caetano e Benhur Costa (2012), Leandro Brito e Mônica Santos (2018), João Mujica e Monique Inocencio (2020), Edjango Freitas e Pablo Fernandez (2022) entre outros, dispõem de ideias, criações, ferramentas e/ou instrumentos que nos auxiliam nesta empreitada *queer*-geo-educativa.

Uma vez que o currículo de Geografia tem o potencial de engendrar práticas espaciais e discursivas seja na educação básica e/ou academia (STRAFORINI, 2018), a mobilização de um saber e um fazer geográfico, em outras palavras, um geogarfar, de caráter *queer*, irá valorizar a totalidade do espaço geográfico, já que este é também produzido por subjetividades, por corpos, que devem ser reconhecidos nas suas mais diversas expressões.

Assumindo a prerrogativa desse movimento teórico-metodológico, teremos a oportunidade de conhecer e/ou conceber outras espacialidades, lugares, territorialidades, em outras palavras, geograficidades, protagonizadas pelas diversas expressões subjetivas de gênero e sexualidade.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível reconhecer que a contemplação das temáticas *queer*, precisamente a discussão de gênero, nos cursos de formação de professores, em especial, a Geografia, torna-se imprescindível, uma vez que estamos inseridos/as numa conjuntura sociopolítica e cultural em que discursos normatizantes, discriminatórios, têm tornado-se cada vez mais banalizados sob a pretensa naturalização, nos mais distintos espaços e grupos sociais, com destaque para o espaço educativo e as juventudes estudantis.

Tal cenário demanda uma atenção bem como um exercício teórico-metodológico em evidenciar esses processos, questionando suas bases discursivas, políticas e/ou culturais que sustentam tais paradigmas e colocam em prática a opressão dos grupos dissidentes. Nesse sentido, o fomento de práticas e/ou ações *queer*-pedagógicas é de suma importância para a superação desse sistema biologizante e/ou patologizante, qual seja, sexo-gênero.

Para mais, discutir gênero e sexualidades na Geografia é conceber a produção de um espaço geográfico por corpos sexuados e assexuados, por corpos “naturais” e corpos transformados, corpos que circulam, corpos que desejam e são desejados, que estabelecem relações de poder, relações espaciais, territoriais. Corpos que estão a todo instante geografando.

Ao tomar frente desse movimento, creio que iremos constatar o que foi dito por Rilke (2021, p. 47) de que “Talvez os sexos [e os gêneros] tenham mais afinidade do que se considera (...)”, e que ao compreendermos isso, poderemos avistar o horizonte em que estaremos “(...) libertados de todos os sentimentos equivocados e todas as contrariedades (...)”, e assim, gozaremos da nossa existência hetero, lésbica, gay, bissexual, trans, *queer*, intersex e tantas outras, sem precisarmos-nos ferir uns aos outros/as.

REFERÊNCIAS

BENETTI, F. J. **A bicha louca está fervendo: Uma reflexão sobre a emergência da teoria queer no Brasil (1980-2013)**. 2013. 175 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BORGHI, R. O Espaço à Época do Queer: contaminações queer na Geografia Francesa. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 133-146, ago./dez. 2015. Tradução de Maria Helena Lenzi. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/7303>. Acesso em: 22, fev. 2022.

BRITO, L. T.; SANTOS, M. P. Sexualidade e Inclusão no Espaço Escolar: Um Debate com Base na Perspectiva Omnilética. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 51-71, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10654>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, G. N.; COSTA, B. P. Geografia, sexualidades e reconhecimento sociocultural em âmbito educacional: a inserção das demandas sociais da ONG Igualdade/Santa Maria na escola Marieta D'Ambrósio. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 9–22, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7319>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CITELI, M.T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpos e comportamentos. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p.131-145, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100007>. Acesso em: 8 ago. 2022.

COSTA, B. P. Geografias das representações sobre o homoerotismo. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 1, 2010a. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1026>. Acesso em: 30 jan. 2022.

COSTA, B. P. Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, 2010b. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1716>. Acesso em: 30 jan. 2022.

COSTA, B. P. A escola como espaço: identidades de gênero e sexualidades e suas hierarquias. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 19, p. 204–225, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6380>. Acesso em: 25 jan. 2022.

COSTA, B. P. Interculturalidade e Geografia: um debate espacial das relações culturais. **GEOgraphia**, v. 19, n. 39, p. 41-53, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13785>. Acesso em: 02 fev. 2022.

COUTO JUNIOR, D. R.; POCAHY, F. A. Dissidências epistemológicas à brasileira: uma cartografia das teorizações queer na pesquisa em educação. **Revista Inter Ação**, v. 42, n. 3, p. 608–631, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48905>. Acesso em: 11 fev. 2022.

FARIA, M. A. Vida vigilante: : um ensaio sobre modos de viver sexualidades periféricas. **Revista Periódicus**, v. 3, n. 16, p. 183–196, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/35524>. Acesso em: 14 set. 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRANZI, J.; ARAÚJO, U. F. A psicologia evolucionista versus o gênero na perspectiva do construcionismo social: analisando o processo de escolha do(a) parceiro(a). **Notandum**, n. 40, p. 47-56, jan./abr. 2016.

FREITAS, E. L.; FERNANDEZ, P. S. M. Territorialidades LGBTQIA+ em uma escola: invisibilidades e estratégias de resistência a partir do ensino de Geografia. **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 39-58, 31 jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaio_posgeo/article/view/52304. Acesso em: 18 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, C. C. História e Teoria Queer: possibilidades nas margens. **Boletim Historiar**, v. 7 n. 01, jan./abr., p. 32-41, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/13594>. Acesso em: 11 fev. 2022.

LIMA, G. R. **Do Queer ao Cu: Inter-relação entre Judith Butler e Paul Beatriz Preciado**. 16p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Juiz de Fora: 2018.

LIMA, V. M.; BELO, F. R. R. Gênero, sexualidade e o sexual: o sujeito entre Butler, Foucault e LaPlanche. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/41962/pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em: 11 fev. 2022.

MEYER, D. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 1, p. 13-18, jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cWRpwvC5yCqdzrDkH66gbvp/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MISKOLCI, R. **Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer**. Revista Florestan Fernandes. Dossiê Teoria Queer. v. 1 n. 2, p. 08-25, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/62>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MOREIRA, O. M. O gênero para a geografia: por uma ciência feita com, por e para mulheres. **Revista da ANPEGE**, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/13293>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MUJICA, J. L. M.; INOCENCIO, M. Aplicação de oficina de sexualidade e geografia com alunos de ensino fundamental e médio na E.E.B. Getúlio Vargas em Florianópolis, SC. **PESQUISAR**, v. 7, n. 13, p. 101-113, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/74859>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ORNAT, M. J. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 1, p. 41–56, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1163>. Acesso em: 26 jul. 2022.

ORNAT, M. J. Do território instituído ao território instituinte do ser travesti: algumas reflexões teóricas e metodológicas. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 75-88, jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3544>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ORNAT, M. J. Espaços interditos e a constituição das identidades travestis através da prostituição no Sul do Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3336>. Acesso em: 29 jul. 2022.

PARISOTTO, L. *et al.* Diferenças de gênero no desenvolvimento sexual: integração dos paradigmas biológico, psicanalítico e evolucionista. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, p. 75–87, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/DXPBtMFJhpHR974D5WcHTJw/#ModalDownloads>. Acesso em: 8 ago. 2022.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 1, p. 125-157, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/132>. Acesso em: 13 set. 2022.

RAMOS, G. I. O lugar político das mulheres: Feminismo, possibilidades e contribuições da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 325–350, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12477>. Acesso em: 14 set. 2022.

RILKE, R. M. **Cartas a um Jovem Poeta**. Tradução de Pedro Sussekind. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2021. 96 p.

ROSE, G. **Feminism & Geography: The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

SARTORI, J. E. T.; MANTOVANI, A. Psicanálise, Sexualidade e Gênero: a abertura à relativização cultural e o diálogo com a etnopsicanálise. **Saúde & Transformação Social**, v. 7, n. 3, p. 166-175, 2016. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/4216>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 set. 2022.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, 28 set. 2003. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167/1647>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12612>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo UERJ**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1343>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 37-54, jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3542>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SOUZA, L. F.; P. RATTS, A. J. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 143–156, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4907>. Acesso em: 16 ago. 2022.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152621>. Acesso em: 11 fev. 2022.

TILIO, R. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Revista Gênero (Niterói)**, v. 14, p. 125-148, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31193/18282>. Acesso em: 21 fev. 2022.

WOLFF, C. S.; SALDANHA, R. A. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 16, p. 29–46, 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/482>. Acesso em: 11 mar. 2022.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Formatação e normalização.

